

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 - Número 227 - 29/11 à 03/12/2021

## Sumário

- → Destaque da Semana
- → Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- → Notícias do Executivo
- → Ministério Público do Trabalho
- → Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- → Outras Notícias
- → Atos Normativos
- → Dados estatísticos de Fiscalização

## **Destaque da Semana**

Governo Federal e CNT se reúnem para conhecer propostas do GAET

Ministério do Trabalho e Previdência - 29/11/2021

O Governo Federal, representado pela Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência reuniu-se, nesta segunda-feira (29), com representantes do Conselho Nacional do Trabalho para, conjuntamente, conhecerem os documentos elaborados pelo Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET). Na ocasião, o grupo foi informado que os <u>relatórios</u> serão disponibilizados para conhecimento da sociedade.

Para ler na íntegra <u>clique aqui</u>







## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

## PDT contesta norma do Ministério do Trabalho que permite registro de ponto virtual

Supremo Tribunal Federal - 01/12/2021

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 911) contra a portaria do Ministério do Trabalho e Previdência que altera o sistema de registro de ponto eletrônico dos trabalhadores para empresas com mais de 20 funcionários. A ação foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso, que solicitou informações ao ministro do Trabalho, no prazo de 10 dias. A Portaria 671/2021, que altera a Portaria 1.510/2009, permite a utilização de três sistemas de registro eletrônico de ponto: o registrador convencional, um sistema de registro alternativo e um via programa (software).

Administradora de obras que atuou em vários lugares pode ajuizar ação na cidade onde mora

Tribunal Superior do Trabalho - 03/12/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho declarou a competência da Vara do Trabalho de Chapecó (SC) para julgar a reclamação trabalhista ajuizada por uma administradora de obras contratada pela Matec Engenharia e Construções Ltda., com sede em São Paulo (SP), para prestar serviço em diversos lugares em diferentes estados. Para o colegiado, a regra que atribui a competência ao foro da prestação dos serviços ou da contratação deve ser interpretada de modo a concretizar o princípio constitucional do acesso à justiça.

TST assina acordo de cooperação técnica com Ministério Público Federal

Tribunal Superior do Trabalho - 02/12/2021

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e o procurador-geral





da República, Augusto Aras, assinaram, nesta quarta-feira (1/12), termo de cooperação técnica que vai permitir o compartilhamento e o intercâmbio dos dados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) com o Ministério Público Federal.

#### Empregado de grupo de risco da covid-19 poderá concorrer a eleição da Cipa

Tribunal Superior do Trabalho - 02/12/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que anulara a eleição em que um empregado da PepsiCo Amacoco Bebidas do Brasil Ltda., de Petrolina (PE), fora impedido de concorrer a uma vaga da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) porque faria parte do grupo de risco para a covid-19, em razão de hipertensão. O colegiado entendeu que não há nos autos documento que demonstre que sua condição clínica impedisse o registro da candidatura.

Rede de supermercados não é responsável por acidente de ônibus sofrido por encarregado de seção

Tribunal Superior do Trabalho - 01/12/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a responsabilidade civil da WMS Supermercados do Brasil Ltda. pelo acidente de trânsito ocorrido com um encarregado de seção. O empregado culpava a empresa porque, embora atuasse em São Borja (RS), fora deslocado para ir, de ônibus, trabalhar em cidade próxima, mas o colegiado entendeu que a atividade desenvolvida pela WMS não implica, por sua natureza, exposição a risco e que o deslocamento do empregado representou uma excepcionalidade.

Gerente será ressarcido por supressão de hospedagem e passagens aéreas pagas por três anos

Tribunal Superior do Trabalho - 01/12/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Akzo Nobel Ltda., de São Bernardo do Campo (SP), ao pagamento indenizado dos valores decorrentes de passagens aéreas entre Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP) e hospedagem nesta última cidade a um gerente de negócios que teve suspenso o pagamento das parcelas após recebê-las por quase três anos. Para o órgão, a supressão de benefício concedido de modo habitual pelo empregador, ainda que não previsto expressamente em contrato ou regulamento interno, constitui alteração lesiva.

<u>Senado aprova desembargadora Morgana Richa para o TST</u>

Tribunal Superior do Trabalho - 30/11/2021





O Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (30), a indicação da desembargadora Morgana de Almeida Richa para o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Também foram aprovadas as indicações, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do vice-presidente do TST, ministro Vieira de Mello Filho, na vaga destinada ao TST, e da desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região (SP).

# Empresa de telemarketing é condenada por punir operadora que apresentou atestado médico

Tribunal Superior do Trabalho - 30/11/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Tel Centro de Contatos Ltda., de Palmas (TO), ao pagamento de indenização a uma operadora de telemarketing que era penalizada com supressão da folga aos sábados em razão da apresentação de atestado médico. Para o órgão, a conduta do empregador vai além dos limites do seu poder diretivo, pois impede seus empregados de usufruírem seus direitos e expõe a sua saúde.

## TST anula decisão que arbitrou aleatoriamente número de horas extras de eletricitário

Tribunal Superior do Trabalho - 29/11/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho anulou parcialmente decisão em que foram deferidas duas horas extras a um eletricitário da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) que sustentava ter trabalhado quatro horas a mais do que sua jornada. Para o colegiado, quando a empresa não se desincumbe do ônus de provar a jornada que alega, o julgador não pode arbitrar, sem dado objetivo ou razão que o justifique, o número de horas extras realizadas pelo empregado.







## **Notícias do Executivo**

#### CANPAT promove a 2ª Semana CAPACITA SIT em dezembro

Ministério do Trabalho e Previdência - 02/12/2021

Atendendo a pedidos, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) promoverá, por meio da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (ENIT), a 2ª Semana CAPACITA SIT, no âmbito das ações da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT) 2021. Assim como a primeira edição, realizada em novembro deste ano, o evento é destinado a profissionais de segurança e saúde no trabalho, trabalhadores, empregadores, estudantes e todos aqueles interessados em ambientes de trabalho seguros e saudáveis e desejam aprofundar seus conhecimentos.

## Emprego formal registra 46,2 milhões de vínculos em 2020

Ministério do Trabalho e Previdência - 30/11/2021

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgados nesta terça-feira (30), registram 46,2 milhões de vínculos formais ativos em 31 de dezembro de 2020, sendo 36,6 milhões deles vínculos celetistas. Dentre as regiões do país, houve crescimento no total de postos de trabalho de 3,64% no Centro-Oeste. Das 27 unidades da federação, 7 fecharam com desempenho positivo no emprego formal – principalmente, Distrito Federal, Acre, Sergipe e Santa Catarina.

Ministério do Trabalho e Previdência anuncia a abertura de 253 mil postos formais de trabalho no mês de outubro

Ministério do Trabalho e Previdência - 30/11/2021

Dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados, nesta terça-feira (30), pelo Ministério do Trabalho e Previdência, registraram saldo positivo do emprego com carteira assinada em outubro em 253.083 postos de trabalho.





No acumulado de janeiro a outubro de 2021, o saldo é de mais de 2,6 milhões de novas vagas de emprego. A construção apresentou 17.236 novas vagas de emprego.

## PGFN prorroga prazo para renegociação de débitos do FGTS em condições especiais

Ministério da Economia - 01/12/2021

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prorrogou até as 19 horas do dia 28 de fevereiro de 2022 o prazo para adesão às propostas de transação na cobrança da dívida ativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Originalmente, o prazo terminaria ontem, terça-feira (30/11), conforme estabelecido pelo <u>Edital nº 3/2021</u> da Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS da PGFN. Novo edital ampliando o período de adesão foi publicado em 29 de novembro.

# Construção civil cumpriu papel exemplar no enfrentamento à pandemia, diz ministro da Economia

Ministério da Economia - 30/11/2021

A construção civil exerceu papel essencial de apoio ao país no enfrentamento à crise gerada pela pandemia da Covid-19, apontou nesta terça-feira (30/11) o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Foi um setor exemplar. Manteve ritmo de atividade impressionante, compartilhou as práticas de segurança no trabalho, criou emprego e renda. E continua crescendo", declarou, ao participar do 93º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), em Brasília. O evento foi promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

#### Mercado de trabalho se recupera com vacinação e maior mobilidade, aponta SPE

Ministério da Economia - 30/11/2021

A vacinação em massa e o aumento da mobilidade estão proporcionando a retomada da atividade econômica e a recuperação do mercado de trabalho, afirmou nesta terça-feira (30/11) a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia (ME). Na nota informativa "Retomada do emprego formal e informal com a melhora da atividade", a SPE diz que essa dinâmica se reflete no recuo da taxa de desocupação, principalmente no setor de serviços. "A recuperação no mercado de trabalho tem ocorrido tanto nos postos de trabalho formais quanto nos informais. Deve-se destacar a melhora recente no setor informal, com o aumento da mobilidade e a consequente recuperação dos serviços", aponta o documento.





## Paulo Guedes destaca o papel do MEI na preservação do emprego

Ministério da Economia - 29/11/2021

Segundo o ministro Paulo Guedes, dos cerca de 106 milhões de brasileiros economicamente ativos, apenas 33 milhões estão no mercado formal de trabalho. Por isso, a criação de políticas públicas e medidas que favoreçam a desburocratização e a proteção de micro e pequenos empreendedores é essencial. "Tem algo muito errado com esse mercado formal. Nós, então, temos que lançar nosso olhar para que possamos proteger o resto. O MEI, o Pronampe, o Auxílio Emergencial, o BEm, todas essas medidas foram destinadas justamente para a proteção desse universo de pessoas que não estavam incluídas produtivamente no mercado formal", ressaltou o ministro





# MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

Comissão de juristas apresenta relatório com propostas para alterar leis do país e criar uma nação antirracista

Ministério Público do Trabalho - 01/12/2021

Uma sessão solene realizada no Plenário Ulysses Guimarães marcou, nessa terça-feira (30), a entrega do relatório final da comissão de juristas criada pela Câmara dos Deputados para propor o aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo estrutural e institucional no País. A procuradora do Trabalho Elisiane dos Santos integra a comissão como jurista.





## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

MG – Fiscalização do Trabalho investiga morte de mecânico atingido por gaiola de 400 kg

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/12/2021

A Fiscalização do Trabalho investiga a morte de um trabalhador em uma empresa de construção civil em Varginha (MG). No dia 1º de dezembro, o mecânico Mauro Firmino, de 57 anos, morreu atingido por uma gaiola de aproximadamente 400 kg, que despencou depois que o cabo de aço de uma ponte de rolamento se rompeu. O acidente aconteceu por volta das sete horas, no início do turno. O funcionário fazia manutenção em uma ponte de extensão quando a gaiola caiu sobre ele.







## **Outras Notícias**

#### FGTS pode ser usado para quitar financiamento habitacional mesmo fora do SFH

Consultor Jurídico - 04/12/2021

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições sociais do trabalhador, mediante a concretização do direito de moradia, é possível o levantamento do saldo da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de financiamento habitacional de casa própria, ainda que à margem do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O juiz Eduardo Vandré Lema Garcia afirmou que, de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o rol de possibilidades de utilização do FGTS, exposto no artigo 20, da Lei 8.036/90, é meramente exemplificativo, sendo admitidas outras situações que atinjam o alcance social da norma.

## TRT-18 nega reintegração de empregada demitida após contrair Covid-19

Consultor Jurídico - 02/12/2021

Por considerar que, no caso concreto, a contaminação pelo coronavírus não é pode ser considerada como doença de trabalho, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região negou pedido reintegração e/ou indenização equivalente da estabilidade acidentária a uma mulher que trabalhava em agência bancária e foi demitida após contrair Covid-19.

#### Cessão de espaço não implica responsabilidade por dívida trabalhista

Consultor Jurídico - 29/11/2021

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a responsabilidade subsidiária imputada ao Clube de Aeronáutica pelos créditos trabalhistas devidos a um garçom contratado pela empresa Sabor e Festa Restaurante, instalada no espaço físico do clube, no centro do Rio de Janeiro. Conforme a decisão, não se trata de terceirização, situação





em que o clube seria responsabilizado pelo pagamento dos valores devidos.

## NR 17: chegou a nova era da Ergonomia

Revista Proteção - 30/11/2021

A nova NR 17 chegou, com validade a partir de 2022. Não era sem tempo, pois a que foi revogada datava de 23 de novembro de 1990. Tendo sido norteadora das ações por longevos 31 anos, ela já manifestava muitos sinais de obsolescência. Mas não se entusiasme muito, pois, embora pontos importantes da proposta inicial tenham sido retirados na reta final, não vai ser fácil praticar o que a nova NR 17 propõe. Vamos por partes.







## **Atos Normativos**

<u>PORTARIA RFB Nº 81, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021</u> (DOU de 01/12/2021 Seção I Extra Pág. 1) - Aprova o sistema Compartilha Receita Federal e estabelece regras para o fornecimento, a terceiros, de dados e informações no interesse de seus titulares.

<u>PORTARIA RFB N° 87, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021</u> (DOU de 01/12/2021 Seção I Extra Pág. 2) - Altera a Portaria RFB n° 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.

<u>PORTARIA DE PESSOAL Nº 143, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021</u> (DOU de 01/12/2021 Seção II Pág. 63) - Apostilar a nomeação de servidores ocupantes de cargo em comissão integrantes da estrutura regimental da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme Anexo I.

<u>LEI Nº 14.257, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021</u> (DOU de 02/12/2021 Seção I Pág. 3) - Institui o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC); dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.161, de 2 de junho de 2021, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

<u>DECRETO Nº 10.879, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021</u> (DOU de 02/12/2021 Seção I Pág. 5) - Altera o Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020, que convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

<u>DECRETO DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (DOU de 02/12/2021 Seção II Extra Pág. 1) - Nomeia ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

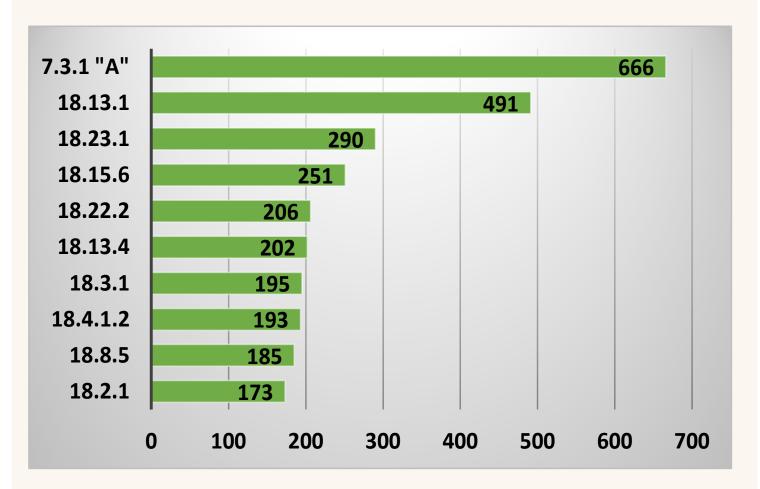






## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como "Interdição" durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/out):



**Retificação**: As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP





Interdição: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado "grave e iminente risco" a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de "notificações", "autuações" ou "regularizados na ação fiscal" realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

- **18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.
- **18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.
- **18.15.10** Os montantes dos andaimes devem ser apoiados em sapatas sobre base sólida e nivelada capazes de resistir aos esforços solicitantes e às cargas transmitidas.
- **18.22.8** Toda máquina deve possuir dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não-autorizada.
- **35.5.1** É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura.

- **18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.
- **18.15.17** O andaime deve ser fixado à estrutura da construção, edificação ou instalação, por meio de amarração e estroncamento, de modo a resistir aos esforços a que estará sujeito.
- **18.14.5** No transporte e descarga de materiais, perfis, vigas e elementos estruturais é proibida a circulação ou permanência de pessoas sob a área de movimentação da carga e devem ser adotadas medidas preventivas quanto à sinalização e isolamento da área..
- **18.14.20** Os equipamentos de transportes de materiais devem possuir dispositivos que impeçam a descarga acidental do material transportado.
- **18.15.9** O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.





## **EXPEDIENTE**

#### Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

## Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

#### Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

#### Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula



